

Choque de ordens: drogas, dinheiro e regimes normativos em São Paulo

Clash of orders: drugs, money and normative regimes in Sao Paulo, Brazil

Gabriel de Santis Feltran¹

Resumo

Este artigo tematiza a ordem urbana em São Paulo a partir de uma perspectiva etnográfica, privilegiando a operação *cotidiana* dos mercados ilegais de drogas. Argumento que a dimensão *monetária* inscrita na questão das drogas tem sido obscurecida em prol de sua tematização como problema moral e em termos religiosos. O resultado é funcional à construção contemporânea do conflito urbano como *guerra*, o que radicaliza a alteridade entre recortes da população: a cidade teria *inimigos internos* a combater e a droga os alimentaria (ainda que o dinheiro que se produza em suas trocas seja bem-vindo). A radicalidade dessa construção contemporânea, em São Paulo, é explorada a partir de situação etnográfica envolvendo uma criança, que aos 7 anos de idade já figura entre os “inimigos da ordem”.

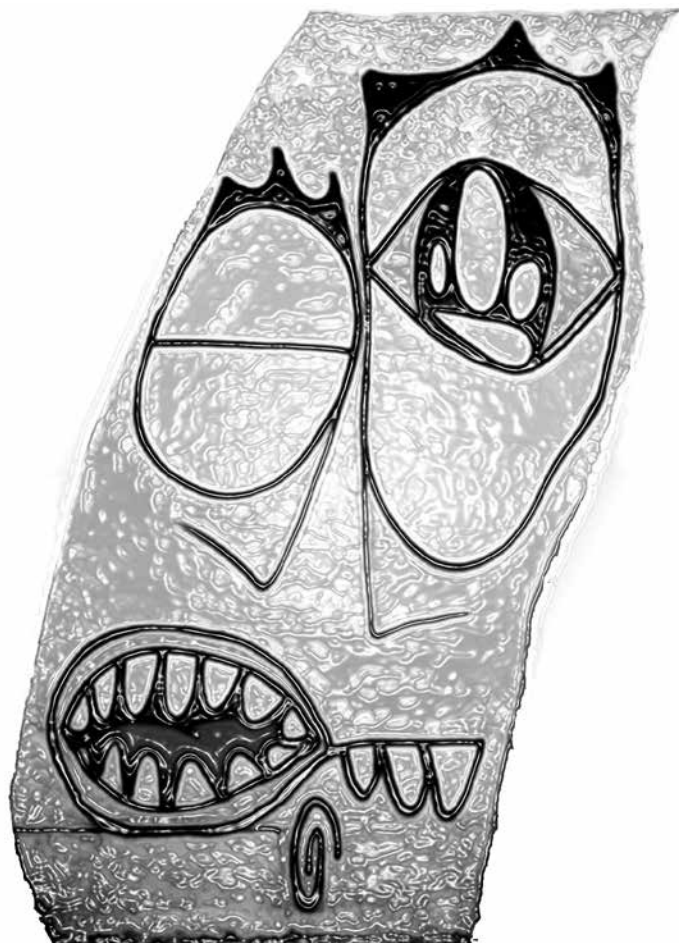
Palavras-chave: Drogas; Mercado ilegal; Marginalização.

Abstract

This article discusses the urban order in São Paulo from an ethnographic perspective, that highlights the everyday operation of illegal drug markets. I argue that the monetary dimension inscribed in the question of drugs has been obscured in favor of its thematization as a moral problem and in religious terms. The result is functional to the contemporary construction of the urban conflict as war, which radicalizes the alterity between groups: the city would have internal enemies to fight against and the drug would feed them (although the money that takes place in its exchanges is welcome). The radicality of this contemporary construction, in São Paulo, is explored from an ethnographic situation involving a child, who at 7 years of age is among the “enemies of the order”.

Keywords: Drugs; Illegal market; Marginalization.

¹ Gabriel de Santis Feltran (gabriel feltran@gmail.com) é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e Coordenador Científico do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) ligado a Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.



Introdução

O artigo explora uma situação na qual “meninos de rua”¹¹ e entregadores de panfletos disputam sua permanência no Largo dos Jasmims, local de comércio intenso, ao lado de uma estação de metrô e de um terminal de ônibus, em área abastada do quadrante sudoeste da metrópole da cidade de São Paulo. A disputa pelo território é viril e eles se confrontam à força – ameaças de lado a lado, pauladas, idas e vindas. A cena, entretanto, não chega a ser notada por muita gente que passa rápido pelo

Largo. A polícia aparece, entretanto, retomando a situação. Faz os meninos sumirem e a ordem se reestabelecer. Essa é a situação empírica que, desdobrando-se neste artigo, enseja uma análise sobre drogas, dinheiro e ordem urbana.

Conversando com os atores inscritos no cenário descrito, encontram-se justificativas diferentes: comerciantes do Largo, apoiando os entregadores de panfleto, dizem que os meninos de rua são “trombadinhas”, têm roubado os passantes, teriam batido em uma senhora, usam e vendem droga. Do outro lado, os meninos dizem que os entregadores de panfleto são “vermes”, que ameaçaram incendiá-los enquanto dormiam, os agrediram, e “correm com polícia”: “chamam polícia pra nós toda hora, fi!”. Os panfletos, ainda mais grave, seriam “coisa do diabo” (oferecem serviços de búzios, tarô, trabalhos para amarração de

¹¹ Ao longo do texto, destaco expressões de uso corrente em campo, com intenção descritiva, ou ênfases do texto, com intenção analítica. Entre aspas estão conceitos também usuais em campo, mas nem sempre compreensíveis para o leitor não especialista, como “crime”, “disciplina”, etc. Todos os nomes próprios de lugares, ruas, personagens e instituições, no corpo do texto, são fictícios, de modo a preservar os interlocutores de campo.

amor)^{III}. Os dois lados querem ordem e querem tranquilidade. Os critérios de tal ordem, entretanto, são díspares. Mais precisamente, vamos nos dedicar a compreender esse choque de ordens normativas, ambas inscrevendo mundos urbanos em busca de justiça.

Não me dedicarei aos eventos espetaculares da violência criminal ou policial – em São Paulo, policiais já chegaram a matar 493 pessoas em uma única semana, depois de terem 45 colegas mortos em uma noite^{IV}. Concentrarei minha atenção à rotina de eventos que, acumulando-se socialmente ao longo dos dias, meses, anos, décadas, e objetivando a plausibilidade da guerra, possibilitam que erupções como essa sejam frequentes. A aposta é que, a partir dessa situação empírica, de suas linhas de força, a análise possa ser útil para pensar outras situações de conflito e ordenamento urbano em São Paulo, talvez em outras cidades brasileiras. Para isso, seguramente é preciso falar sobre dinheiro: os meninos negros na praça, entre muitas outras coisas que fazem, também operam um posto avançado de uma “biqueira”, um ponto de venda de drogas: eles trabalham em um mercado ilegal e fazem dinheiro circular; assim, produzem valor^{3,23,31,32,36,37}. A capilaridade da distribuição que permitem e essa circulação monetária interessam a essa análise. Os entregadores de panfleto que os achacam, vestidos com placas que anunciam serviços esotéricos, são também “funcionários”, negros, de um casal de jovens empresários do ramo da leitura de sorte, brancos. O conflito entre eles, justificado em termos morais dos dois lados – e isso já seria motivo suficiente para guerrear – oculta ainda uma disputa pelo ponto comercial do Largo dos Jasmins³⁷,

altamente lucrativo frente às outras possibilidades de obtenção de renda desses sujeitos. A disputa, violenta, se faz no plano dos operadores mais baixos desses mercados. Entre os que percebem menos claramente sua dimensão, transnacional.

A bibliografia recente sobre as marginalidades urbanas dedicou-se intensamente às esferas morais e políticas do conflito urbano, do crime e da violência no Brasil contemporâneo^V. Avançamos muito nessa compreensão, a partir de um giro descritivo iniciado há mais de uma década, que escapava tanto às análises normativas da política, quanto ao economicismo próprio da tradição marxista latinoamericana^{18,55}. Hora de retomar esses avanços, mas inscrevendo agora com mais centralidade a dimensão monetária da regulação moral, política e violenta dos mercados formais, informais e ilícitos nos quais os grupos estudados se inscrevem, pois, fala-se muito em dinheiro nas margens da cidade^{VI}.

Tenho como pressuposto que o dispositivo das drogas²⁴ e, especialmente, o obscurecimento cotidiano da dimensão monetária desse dispositivo, é central para a construção da ordem urbana nos termos de uma *guerra* moral. Guerra travada no plano dos valores, essencializados em sujeitos^{18,40,43}, que justificaria a ação objetiva das forças da ordem. Guerra justa^{VII}, entendida como moral porque erigida contra sujeitos – pessoas de carne e osso, classe, gênero, raça, sexo

^V Especialmente sobre a dimensão propriamente política de organização do “crime”, em especial do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo, como em Hirata³⁶, Feltran^{16, 17}, Mallart⁴¹, Dias¹⁴, Biondi⁴, Biondi e Marques⁵; Malvasi⁴², Padovani⁴⁷. Em outros estados brasileiros o caminho foi similar: Dassi¹² e Vieira⁵⁸, em Florianópolis; Lyra³⁹ e Grillo³¹ no Rio de Janeiro; Sá⁴⁹ em Fortaleza; Costa&Oliveira¹¹, em Corumbá; Schuch⁵⁰ em Porto Alegre, entre outros. Machado da Silva⁴⁰ e Misse⁴⁴ talvez tenham sido os sociólogos que mais precisamente demarcaram as conexões analíticas e teóricas entre economia e política, nos mercados ilegais.

^{VI} Dos Racionais MC's: “em São Paulo, Deus é uma nota de cem” ou “Vida loka original, dos barraco de pau/ Percebeu que o vil metal só não quer quem morreu”, ao MC Guimê “contando os plaquê de 100, dentro de um Citroën”.

^{VII} Como tal, o lugar da religião em sua explicação é central, em ambos os lados. As noções de guerra justa e pacificação, religiosamente concebidas e politicamente implementadas, muito presentes no cotidiano das políticas de segurança contemporâneas, têm lastro histórico secular: ver Gomide³⁴ ou Pacheco de Oliveira⁴⁶.

^{III} O cenário brasileiro popular é, como se sabe, de expansão do léxico neopentecostal muito capilar no cotidiano de grupos marginalizados. Sobre a agência do *diabo* e a expansão pentecostal ver Almeida², Birman&Machado⁶, Côrtes⁹, Marques⁴⁵, Fromm²⁷.

^{IV} Durante os episódios conhecidos como ‘Crimes de Maio’, em maio de 2006. Ver Adorno&Salla¹ e Feltran¹⁷.

e idade definidos – que se identificariam com o ‘crime’, com a marginalidade, e que partilhariam os vícios nocivos à boa sociedade.

Argumento aqui que essa guerra moral, embora justificada em si mesma, não dispensa, entretanto, o dinheiro que se produz na venda de drogas. Ao contrário, ao fazer a guerra contra os operadores baixos dos mercados ilegais, busca-se fomentar os mercados que os empregam e se apropriar do valor que produzem. Do outro lado, os grandes operadores de mercados ilegais igualmente fazem sua guerra ao sistema considerando, também – embora longe de ser somente isso – os lucros que ela pode oferecer. Quando se figura a guerra como fator que justifica o esforço de ordenar a cidade, há discursos e contra-discursos morais produzidos dos dois lados do confronto, mas há também dinheiro a ser disputado. Interessa-me, há algum tempo, especificamente a expansão de contra-discursos marginais^{20,25,35} paralelo à intensificação da circulação monetária nas quebradas de São Paulo.

Descrição

Esse artigo se organiza em três momentos narrativos, descritos com a maior densidade possível: 1) a cena etnográfica, contexto no qual se desenrola o conflito a ser estudado; 2) os personagens desse conflito, com centralidade para Pingo, que com seus colegas figura o avesso da ordem hegemônica, mas se inscrevem em outra ordem valorativa; 3) os regimes normativos dessas ordens, desses mundos sensíveis em guerra. Ao final, delinea-se o argumento de inferência: esse choque de ordens, na forma como se figura, têm sido funcional à circulação monetária nos mercados legais e, portanto, à consolidação da ordem urbana hegemônica.

A cena:

Muitos passam rápido: uma senhora negra de óculos escuros, uma japonesa chupando um

picolé de fruta, a estudante com o ombro tatuado, um homem de terno cinza falando ao celular. Vejo centenas de outros passantes, a pé ou nos muitos carros parados no farol, também em motocicletas. Refaço a conta: são certamente milhares de transeuntes à vista, para quem observa o Largo dos Jasmins, em São Paulo, logo após o horário de almoço, em um dia de semana. O Largo tem uma estação do Metrô, conexão entre duas grandes linhas, e um Terminal de Ônibus. Nas calçadas, também por isso, o comércio informal é pujante. A despeito da crise econômica, o movimento é intenso. Negócios, tempo livre, estudo, trabalho. Muitos passam pelo Largo e, portanto, ali se fixa uma centralidade urbana²⁹. A circulação de algo – pessoas – implica a fixação de uma outra coisa: negócios^{viii}.

O cheiro de urina seca pelo sol vai e vem com o vento, conforme a tarde passa. É notável para quem se senta por ali para ver a vida, fazer trabalho de campo. Um pino de cocaína vazio enfeita o jardim onde estou, como tantos outros dejetos – papelões, embalagens velhas, garrafas plásticas usadas que se acumulam, sem excesso, nos canteiros e sarjetas. Muitas latas de alumínio já foram dali recolhidas por uma senhora que frequenta o lugar há mais de uma década. Onde há dinheiro circulando, há os que ganham, os que perdem, os que gastam demais e os que vivem gastando o que ganham das sobras dos primeiros, reproduzindo ciclos de trocas monetárias em diferentes escalas. Essa dinâmica já foi lida como integradora de uma única esfera de circulação de capital, enfatizando o dinheiro

viii A percepção de fixação e circulação, portanto, depende das séries teleológicas da ação a considerar, em cada situação analisada. A referência teórica é, aqui, calcada na sociologia formal de Georg Simmel. Sobre o dinheiro, por exemplo, é notável como estabilidade e circulação, destilação e aceleração se associam, fixando ou fazendo fluir, a depender da cadeia de ações que se observa: Among the many services of money, I will mention here only the facilitation of trade, the stability of the standard of value, the mobilization of values and the acceleration of circulation, and the distillation of values in a concentrated form⁵² (p.187).

como mediador universal^{52,ix}; também já foi pensada como algo que se estratifica, clivada em diferentes mercados⁶¹, cada um socialmente marcado pelas classes que os operam. Concebo aqui a circulação monetária como sendo uma única dinâmica, por ser inteiramente interconectável pelo dinheiro. No entanto, parece-me evidente que essa dinâmica não dispensa *checkpoints* ou marcação social de sujeitos e objetos nela inscritos, diferenciando-os socialmente³⁸. A análise de posições e sujeitos que se inscrevem situacionalmente nessa dinâmica, sempre marcada por fronteiras^x, terá como referência central o conflito urbano em suas modulações situadas⁸.

Assim, os meninos de rua que conheceremos adiante não são excluídos de todo mundo social, mas pertencem – como sujeitos e objetos – a essa dinâmica monetária, regulada por muito consenso, muito conflito e muita violência, a depender da situação em questão. Não resta dúvida de que, na imensa maioria das vezes, ocupam as posições mais subalternas, mais submetidas à violência e privações de toda ordem, e que são excluídos da esfera dos direitos da cidadania. Por isso mesmo, reagem atualmente aderindo a outras ordens, nas quais têm muito mais protagonismo e ganhos simbólicos, como veremos. Não há dúvida, tampouco, de que estão incluídos como inimigos na figuração

hegemônica da guerra contra as drogas, que se traduz em guerra urbana.

Tempo é dinheiro na metrópole; em atitude *blasé*, os passantes seguem seus caminhos pelo Largo dos Jasmins sem olhar para o que está ao seu lado, nenhum deles nota o meu observar^{xi}. Há gente usando dinheiro, falando em celulares que custam dinheiro, fazendo dinheiro em seus trabalhos, preparando-se para o mercado de trabalho nos cursinhos do entorno. Duas agências de grandes bancos ao lado, supermercados de redes transnacionais, financeiras, franquias, lojas de roupas, sapatos, lingerie, empréstimos; pequenas lanchonetes, padaria e bares. Muitas marcas de cerveja (o mais difundido dos entorpecentes) à vista. Duas mulheres jovens fazendo programa passam rápido pela entrada do metrô, encontram seus parceiros, desaparecem. Há organizações não governamentais (ONGs) e cadeirantes pedindo doações para instituições. O lugar é um ponto relevante de circulação de dinheiro na metrópole^{26,48}.

A ciclofaixa em uma das grandes avenidas que cercam o Largo dos Jasmins é usada, na contramão, por catadores de material reciclável, que me falam de dinheiro, depois de duas ou três frases. Estão ali porque a faixa exclusiva também torna mais segura a rolagem de suas carroças puxadas à mão, os protege (e a seus cachorros)

^{ix} No prefácio à terceira edição de *Filosofia do Dinheiro*, David Frisby²⁸ nota que: "A work which focuses upon the money economy as a site of modernity and upon the role of money in a mature capitalist society as the universal mediator between things, as the universal equivalent of all values, gives attention to the sphere of circulation, exchange and consumption. Our participation in the money economy necessitates entering a sphere in which we are distanced from objects by means of a mediator, in which we participate in a 'labyrinth of means' and abstract relations between things, in which the dynamic mediator of all values 'emerges as the secure fulcrum in the flight of phenomena'. (...) This sphere of money exchange itself acquires an autonomy in which exchange 'is not the mere addition of two processes of giving and receiving, but a new third phenomenon'"²⁸ (p.xix).

^x Segundo Simmel⁵⁵, "Man's position in the world is defined by the fact that in every dimension of his being and behavior he finds himself at every moment between two boundaries. This condition appears as the formal structure of our existence, filled always with different contents in life's diverse provinces, activities, and destinies. (...) The boundary, above and below, is our means for finding direction in the infinite space of our worlds" (p.1-2).

^{xi} As relações que George Simmel⁵³ faz entre o caráter *blasé* metropolitano e a economia monetária interessam ao argumento desse artigo: "A essência do caráter *blasé* é o embotamento frente à distinção das coisas; não no sentido de que elas não sejam percebidas, como no caso dos parvos, mas sim de tal modo que o significado e o valor da distinção das coisas e com isso das próprias coisas são sentidos como nulos. Elas aparecem ao *blasé* em uma tonalidade acinzentada e baça, e não vale a pena preferir umas em relação às outras. Essa disposição anímica é o reflexo subjetivo fiel da economia monetária completamente difusa. Na medida em que o dinheiro compensa de modo igual toda a pluralidade das coisas; exprime todas as distinções qualitativas entre elas mediante distinções do quanto; na medida em que o dinheiro, com sua ausência de cor e indiferença, se alça a denominador comum de todos os valores, ele se torna o mais terrível nivelador, ele corrói irremediavelmente o núcleo das coisas, sua peculiaridade, seu valor específico, sua incomparabilidade. Todas elas nadam, com o mesmo peso específico, na corrente constante e movimentada do dinheiro; todas repousam no mesmo plano e distinguem-se entre si apenas pela grandeza das peças com as quais se deixam cobrir"⁵³ (p.581-582).

do trânsito feroz. Os ciclistas, amantes do espaço público, passam pelas carroças em capacetes coloridos, bermudas acolchoadas, e saúdam seus puxadores com toda a civilidade: “Tira essa porra daí, ô caralho!”. De chinelo e pés gastos, o carroceiro – Jair – se enfurece: “Porra não! Pooo-orra não! Porra é o seu cu, filho da puta!”. E sai resmungando alto, gesticulando amplo. Em meio à multidão, entretanto, sou o único a ouvi-lo; e só porque estava ali para isso mesmo. Ao me ver sorrindo bem perto dele, o homem se volta a mim e esbraveja: “Nós que tamos na rua é proceder de cabo a rabo! Mas se quiser arrumar (confusão), arruma também! Arruma sim!!!”.

Puxo assunto. Ele faz menção de me xingar – eu me pareço muito mais com o ciclista do que com ele, afinal. Mas desiste, ao mesmo tempo eu lhe dava atenção. Ainda assim, Jair aperta minha mão com muito mais força do que deveria. Sente raiva. Me mostra sua carroça, e tira dela uma sacola com muitos fios de cobre (para mostrar-me o tesouro, obtido no dia, que diz que vai render quase R\$20). Mostra-me que ela tem valor, que não deveria ser tratada assim. Me avisa, em seguida, que tem uma “quadrada” [arma de fogo] escondida ali. Não tem, evidentemente, mas não se conforma com o xingamento do ciclista, queria tê-la, volta a falar dela em seguida. Conta-me, na sequência, que ganhou R\$ 50 de uma senhora pela manhã, de esmola, que fumou um (baseado, “paranga” de R\$10) e guardou R\$ 40 para bebida e ‘aditivos’ da comemoração de natal. “Vou passar suave”, me diz. Como pode o ciclista xingar sua carroça, ignorar suas virtudes?

Jair faz todo dia o percurso da Rua Augusta até o Jabaquara, ida e volta. Olhos verdes, mãos muito grossas, dentes completamente podres e um cachorro bem cuidado o acompanham: “esse cachorro é de grife”. Ao nosso lado, um homem negro, camisa rosa de colarinho, bem passada, anda com outros dois homens de negócios, falando de

dinheiro, desdenhando de alguém, mais ou menos assim: “O problema é que ele acha que tem dinheiro... tem o cenzinho mil guardado, a mulher dele ganha uns 15 mil por mês...”. Eu e o carroceiro nos entreolhamos. Ele estranha minha cumplicidade, não deveria ser assim, mas cita os Racionais para eu ouvir: “Eu só registrei, né? Nem era de lá...”, sorrimos, eu sei o que a citação quer dizer, transformada em provérbio. E completo a estrofe: “Os mano tudo só ouviu, ninguém falou um “a”/Quem tem boca fala o que quer, pra ter nome...”; damos risada^{XII}. Enfim, algo comum entre nós. A cidade é muito conflito. Tiro algumas fotos dele e do cachorro. A carroça segue e, já ao longe, seu dono esbravejava contra outro ciclista.

Os personagens:

Se alguns passam, mais ou menos rapidamente, outros ficam e dormem no Largo, às vezes por anos. D. Zezé, que antes recolhera as latas de alumínio, está há mais de dez anos por ali. Ela organiza detalhadamente seu material, coletado em muitos sacos plásticos, de diferentes cores. Mas é para três meninos de rua que meu olhar se dirige mais atentamente, é neles que se fixa: o menorzinho, Pingo, não tem mais de 7 anos de idade; os outros dois talvez 9 e 11. Os três pequenos estão acompanhados por Bia, menina de 20 anos, cabelos crespos presos para trás, vestindo top curto e shorts jeans, chinelo, roupa de casa. Os meninos estão sem camisa, de bermudas, chinelos, bonés. As camisetas estão estendidas nos arbustos, tornados varais, de casa. Olho para eles, o maior me olha também, aceno com a cabeça.

Observo-os por minutos, e depois caminho pelo Largo perdido em pensamentos. Volto ao chão quando dois dos meninos passam correndo

^{XII} A letra citada é parte da canção “Jesus Chorou”, dos Racionais MC’s, principal grupo de rap paulista. No contexto da canção, um rapaz negro e jovem, que *fala demais* após fumar um baseado, difamando os parceiros, é observado com reprovação pelos colegas. Moralidades marginais em construção. Jair se referia a isso, ao ver outro rapaz negro falando demais, ao telefone.

por mim, rápido, com uma mochila preta na mão, “dando fuga”. Imagino que a tinham roubado de alguém. Olho imediatamente para trás, de onde vinham. Por que fugiam bem pelo meio da praça, não por outra rota? São crianças, pensei. Mas são crianças de rua, malandros, também pensei. São? Será que estou vacilando? E minha mochila? Não estou com ela. Confiro meus bolsos, meu celular segue ali, não foi roubado. Uma viatura da Polícia Militar passa por dentro do Largo, enquanto isso, no encalço dos pequenos. Os policiais olham para todos com ar entediado - rotina. Logo depois deles, Pingo, o mais novinho, vem andando lentamente, agora vestindo uma blusa de frio cinza escura, sem camisa por baixo. Eu tinha reparado nele minutos antes - por que trocara de roupa?

Para “se disfarçar”, claro. Ele levanta o capuz enquanto eu me dava conta disso. A blusa é muitos números maior que o dele, como o boné. Ele caminha como um menininho, de rua, meio malandramente. Mas está só, uma criança que perdeu sua referência. Chega perto de mim, eu o acolho com o olhar, o movimento das sobrancelhas. Recosta-se no banco onde estou, fica a um metro de mim. Pergunto: “e seus parceirinhos? Passaram rápido aqui hein?”. Ele me olha e seu rosto de criança me marca, sinto muita compaixão. Desconfia, mas têm medo nos olhos. Suas sobrancelhas esquerdas, sob o boné grande de aba reta, têm estética bem cuidada: risquinhos raspados, estilo favela. Seu corpinho de criança é, ao mesmo tempo, de músculos definidos, exercitados no dia-a-dia, corpo menos infantil que a idade. É uma criança, não é mais. Expressa no corpo as marcas do conflito urbano. Suas palavras são tão objetivas quanto só as palavras de crianças podem ser. Mas as preocupações não: “Por onde eles foram?”, me pergunta; “Viraram ali à esquerda, perto da entrada do metrô, não vi mais eles”. Ele precisa saber, está só: “Atravessaram a rua?”. “Não sei, cara” (eu o trato como se fosse mais

velho, sem perceber - muitos o fazem). E prossigo: “foi por causa daquela mochila que eles estavam levando?” Não. “Não é roubada não”, ele me diz. Haviam recolhido suas roupas rapidamente, do varal, e as levavam na mochila, ao avistarem a polícia. Eu continuo: “que aconteceu, os homitavam na bota deles, né? Vocês conhecem esses polícia?”. Ele acena positivamente com a cabeça, são conhecidos, fazem rondas de rotina por ali; e me conta que vieram porque eles haviam atacado os entregadores de panfleto.

- o diabo e os “vermes”

“Nós foi pra cima daquele cara lá, que falou que ia tacar fogo em nós quando nós tivesse dormindo... Aquele verme lá, chama polícia toda hora pra nós, fi! Nós já falou pra num chamar, ele vai e chama! - Que cara, o do bar?”, eu pergunto. “Não, aquele de amarelo lá, do outro lado da rua”. Vejo um sujeito com camisa amarela a cem metros de nós, imagino ser aquele. Ainda em dúvida, lhe pergunto outra vez, para me certificar: “Que cara é esse, o de camisa amarela?”. O menino já meio cansado da minha falta de percepção, insiste: “...o do outro lado lá, que mexe com coisa de diabo. diabo?”, pergunto. “É, do diabo, fi!, ele me reafirma muito convicto, já conformado com minha demora em entender, meio desinteressado por isso mesmo, e observando tudo à volta muito atentamente, tenso, querendo encontrar seus parceiros. Vendo que eu prosseguia perguntando, me diz: “foi esse mesmo que tentou agredir meu irmão”. Finalmente vejo o homem-placa do outro lado da rua. Não a camisa, mas a placa que portava nas costas, sobre a cabeça, anunciado seus serviços, é que era amarela. Continuo a conversa com Pingo: “Vocês três são irmãos? eu pergunto. Não, só o menor é meu irmão”.

“Olha lá os meninos!”, eu digo. Os dois, que haviam fugido deixando-o para trás, já estavam de volta para buscá-lo. Acenando para o

meu interlocutor desde o outro lado da rua, interrompem nossa conversa. Ele vai encontrá-los, de imediato, muito feliz, já conversando aos gritos com eles. Eu fico sabendo, com meus parceiros, de como a confusão tinha começado: Pingo e seus dois companheirinhos, armados com lâmpadas fluorescentes compridas e um cabo de vassoura, haviam atacado um “homem-placa” que distribuía panfletos oferecendo serviços de leitura de sorte no Largo. Tinham-no feito correr, por isso a polícia apareceu. O conflito foi traduzido por Pingo em termos neopentecostais, velho-testamentistas: Tarô, “coisa do diabo”.

Depois de se enfrentarem fisicamente, e tendo equilibrado suas forças, os dois lados da contenda buscaram reforços, na tentativa de expulsar os oponentes. Ambos têm a quem recorrer, em busca de justiça, na São Paulo contemporânea. Os meninos de rua, de seu lado, imediatamente buscaram o “crime”, chamando à cena “disciplinas” do tráfico de drogas local^{xiii}. Argumentaram junto aos rapazes que conhecem, duas quadras abaixo, que o entregador de panfletos os agredira e ameaçara atear-lhes fogo. Quando voltaram à praça depois de fugir da polícia, por isso, o irmão e o amigo de Pingo não estavam sós. Junto com eles, Dionísio, de 17 anos, na função de ‘disciplina’, viera averiguar o que acontecera. Também de “bombeta”, bermuda e camiseta, pele escura, calçando um tênis Nike, tatuagens no antebraço, o rapaz tinha o perfil imediato do jovem encarcerado de São Paulo; mas jamais seria confundido com um morador de rua. Bia, que os acompanhava e havia igualmente desaparecido, também retorna com eles. Mais um minuto,

e aparece um segundo rapaz, Orelha, 20 anos de idade, ainda mais bem vestido que Dionísio, também calçando tênis Nike.

Ao chegar, Orelha cumprimenta os meninos um a um, com muita consideração. Todos juntos, inicia-se uma resenha rápida entre eles, sob uma das árvores do Largo – “as ideia”, o debate, para *sumariar*, como dizem, a situação ocorrida. O que aconteceu? Como todos se portaram, quais as reações, quem está certo, quem está errado? Eu chego a poucos metros para acompanhar a discussão, muito interessado. São tantos os transeuntes que os meninos não notam minha presença próxima. Depois da resenha rápida, Dionísio e Orelha, os dois “disciplinas”, dois meninos com postura de homens, dirigem-se imediatamente aos entregadores de panfleto; argumentam por um minuto e, não obtendo sucesso, uma nova cena de conflito se estabelece. Bia, Pingo e seu irmão correm até lá. Quando argumentos não bastam, a força aparece. Gritaria, ameaças e, na confusão, vejo Pingo avançar por detrás dos demais, pequenininho, postura bélica, portando seu cabo de vassoura, destemido; os rapazes todos correm atrás dos entregadores de panfleto, que são forçados a recuar, fugir do lugar. Os meninos haviam vencido outra batalha, Pingo retornava com seu cabo de vassoura partido ao meio.

Os meninos todos se reúnem novamente embaixo de uma árvore do Largo, sorridentes, animados. Eu me aproximo e eles estão comentando a cena, revisitando as falas da contenda: “Vai tacar fogo em quem, maluco? Cê é louco?”. Dão risadas, satisfeitos. Reparo, nesse momento, que um menino bem jovem, Arrelia, magro, com o rosto maquiado como palhaço e uma peruca de cabelos azuis enrolados, chapéu por cima, entra na praça. Ele, que vinha para trabalhar com malabares no semáforo, também estava acompanhando o desenrolar do conflito em meio aos passantes. Arrelia então também se junta ao

^{xiii} Rapazes que tem como responsabilidade, pela consideração que têm dos demais parceiros de atividade, a manutenção da ordem em espaços nos quais atuam, intermediando debates sobre quaisquer situações de conflito. Dionísio e Orelha não eram irmãos, membros batizados do Primeiro Comando da Capital, mas sabiam bem como se age em contexto de conflito, na era PCC em São Paulo. Sobre a operação cotidiana do senso de justiça do PCC em São Paulo há uma bibliografia recente vasta: Biondi¹⁴; Feltran^{16,17,18}; Hirata³⁶; Malvasi⁴²; Marques⁴⁵, entre outros.

grupo, feliz e falando muita gíria. A chuva começava, era esperado que alguns se abrigassem sob a árvore. Ainda assim, Dionísio alerta aos demais sobre minha presença, desconfiado, e todos me olham em seguida. Pingo diz que já tinha falado comigo. Percebendo a situação, falo com eles demonstrando ter entendido o que acontecera, participando da brincadeira de todos com Pingo, o mascotinho que voltara da batalha com seu cabo de vassoura quebrado. Eles olham para mim, sorrimos uns aos outros. Arrelia também se posiciona demonstrando estar do mesmo lado - ele é bem novinho, uns 14 anos, bem branquinho, cara de estudante de ensino público. Quando abre a boca, só sai gíria, eu acho engraçado e dou risada, os demais também. Rimos todos da maneira como ele, figura aparentemente tão frágil, falava como homem feito: “É! Ameaçou, ameaçou, e aí? E pra fazer? É homem pra ameaçar tacar fogo nos moleques, mas não pra fazer? Aí rapa, a rua é a rua!”. Todos sorriem, os meninos tinham um palhaço malandro e um tiozinho que os haviam assistido, estavam com eles. A rua tem momentos engraçados, de felicidade, é preciso aproveitar. Todos sabiam que a polícia voltaria à carga.

Dionísio e Orelha, que foram chamados, estão satisfeitos, dão retaguarda aos pequenos, estão no centro da roda, cercados pelos meninos e por Bia, que sorri feliz para eles. Assim se reforçam laços: Dionísio e Orelha trabalham na biqueira mais próxima, os meninos fazem pequenos “corres” para eles (levar um dinheiro, uma trouxinha, um pino, pegar uma cerveja) e todos se ajudam na necessidade. São traficantes? Seriam, se pegos pela polícia - mesmo Pingo, aos 7 anos de idade. Assim se tecem amores: Orelha e Bia já estavam lado a lado. Dionísio e ele foram chamados, disciplinaram o homem-placa do diabo, o puseram para correr. “Macumbeiro do caralho! Vai vender essas porra na casa do chapéu agora!”. Todos sorriam.

A praça era deles, nesse momento. Olho para todos sob a árvore, uma luz bonita da tarde, da chuva chegando, iluminava os rostos. Bia comenta que a chuva estava apertando: “agora tá molhando!”. Eu repito a mesma frase, levantando-me. A cena se desfaz, contingente. Arrelia se levanta, se despede no seu estilo engraçado: “Falô rapa! Falô malocada, Falô geral! Eu fui!”. Corro até um dos bares populares do Largo. Olho para trás e já não vejo os meninos sob a árvore, nem em nenhuma outra parte. Não sei como desapareceram tão rápido.

- trabalhadores, patrões, policiais, camelôs^{XIV}

Tomo uma coca-cola no bar. A chuva arrefece. Dois policiais a pé atravessam o Largo pelo caminho que os meninos fizeram em seus ataques e suas fugas. Em seguida, permanecem postados, de braços cruzados, exatamente no local em que os entregadores panfletavam. Não há dúvida: eles haviam sido chamados para uma ronda por ali. O movimento de pedestres retomava seu vigor. Mais cinco minutos e a dupla de policiais refez o caminho, no sentido contrário, desaparecendo próximo ao terminal de ônibus. Os homens-placa, então, retomaram suas atividades no mesmo ponto em que estavam, distribuindo seus panfletos anunciando leitura de tarô, agora uns mais próximos dos outros.

Se os meninos tinham ido buscar reforços junto aos “disciplinas” do tráfico local, os homens-placa haviam relatado o ocorrido aos seus patrões, que por sua vez buscaram reforço policial. Os patrões, inclusive, apareceram em seguida: um casal de jovens empresários brancos, “de classe média”. Fui em sua direção, claro. Peguei um dos panfletos que distribuía, parei e li interessado, enquanto escutava a conversa entre eles. O jovem

^{XIV} O verso é parte da letra “A Cidade”, de Chico Science e Nação Zumbi, de 1994.

patrão tentava acalmar seus trabalhadores: “Olha, tranquilo, já conversei com o responsável da polícia, ele já tá sabendo; vai intensificar as rondas bem aqui. Falou que teve assaltos na região, que são esses meninos, que eles já estão de olho”. Eu estava literalmente ao lado deles, escutando a conversa, mas o fluxo de gente é tamanho que sequer me notaram. Isso se repetia, pensava sobre isso. Os empregadores tentavam fazer seus funcionários não desanimarem do trabalho, claro. Tentavam dar o suporte para que prosseguissem sua panfletagem, sua atividade econômica. O homem que mais enfrentara os meninos, nitidamente, estava contrariado. Olhava para os empregadores dizendo: “se continuar assim, eu quero meu dinheiro e vou embora. Negro, diz querer uma relação de trabalho justa: desse jeito não tem condições”. Negro, funcionário, não acredita no patrão, que diz que a polícia vai ajudar. Mas tampouco, seguramente, bota muita fé na capacidade bélica dos meninos. E quer se diferenciar deles. Volta ao seu lugar, segue panfletando; atravesso a rua, retorno, passo novamente por ele e pego mais uma vez o panfleto, observando o modo como ele conversa agora com seus colegas, demonstrando a descrença na resolução do conflito. É muita gente passando. O patrãozinho jovem se afasta, os meninos de rua não aparecem mais.

Os policiais de fato passam mais intensamente, nas horas que se seguem, e que sigo observando o Largo dos Jasmins. Por algum tempo a ordem estava garantida pela presença policial. Os meninos desapareceram do Largo nas semanas seguintes, os homens-placa seguiram ali durante todas as vezes que estive no local. A biqueira na qual Dionísio e Orelha trabalhavam seguiu funcionando a duas quadras do Largo. Os meninos, entretanto, perderam por algumas semanas seu “posto avançado” no Largo dos Jasmins, ou seja, perderam a capilaridade dos negócios que Bia, Pingo, seu irmão e seu amigo

lhes ofereciam^{xv}. Mas não resta dúvida: com o movimento que há por ali, outros assumiriam essa função, em breve. A partir desses enfrentamentos corriqueiros, desses conflitos na base da hierarquia social, territorializam-se as fronteiras de alteridade entre grupos sociais, mas também entre setores legais e ilegais da economia, protegidos cada um por seus agentes de regulação (que têm suas normas, moralidades e valores e, no limite, sempre estarão dispostos a usar a força em suas funções).

Regimes normativos de ordenamento urbano

Jair, D. Zezé e Pingo, é claro para quem os vê de perto, são perfis totalmente diferentes de ‘moradores de rua’. Ao observador externo, entretanto, fazem parte de um mesmo ‘tipo de gente’, que se reproduz trazendo problemas para a cidade. Uma população que também inclui outros marginais: presidiários, prostitutas de rua, usuários de crack, trecheiros, favelados em geral¹³. Se a cidade é muito conflito, eles estão do mesmo lado e, seguramente, se reconhecem hoje como em um mesmo lado, formando uma comunidade distinta da minha por uma fronteira difícil de transpor, nos cotidianos. Comunidade política, porque ritualiza suas normatividades, seus códigos de conduta, valores, devires compartilhados. E que busca meios materiais para seguir existindo, expandindo-se. Daí seu empenho em expandir os mercados que pode controlar.

Grupos marginalizados de São Paulo erigem a “guerra ao sistema” (que inclui a guerra ao diabo) como a grade de plausibilidade mais legítima para sua ação cotidiana. A performance mais ou menos virtuosa de cada sujeito, tendo por base essa

^{xv} Algo muito similar ocorreu em outras situações em que acompanhei a relação entre pontos de venda de droga e policiamento, como em Feltran¹⁷. Vale, também aqui, o modelo de “relações com a polícia” proposto por Whyte⁶⁰.

matriz valorativa, define as reputações para mais ou para menos, parametriza o arbítrio em situações de contenda, torna-se critério de comparação entre situações em que há de se fazer justiça. Moralidades, códigos de conduta, normatividades, sentidos de justiça coexistentes. A avaliação das performances, nesse regime normativo, independe do dinheiro que um ou outro possuem: trata-se de saber argumentar, desenrolar, debater, sempre procurando evitar os desfechos violentos, à espreita. Guerra ao sistema, ente tão presente quanto perverso, como o diabo, que “fode tudo ao seu redor”, como diz o *rap*. A norma é combater o sistema, “correr pelo certo”, e mais ainda para quem tem o compromisso com o “crime”, quem corre com o “Comando”.

É evidente, no entanto, que “bater de frente com o sistema” não é a única referência para a ação observável desses atores, até porque se sabe que, no limite, ou seja, quando se precisa recorrer à violência, a correlação de forças lhes é muito desfavorável. Conflitos de magnitudes diversas, tais como os crimes de maio em 2006, as chacinas de Sorocaba em 2012 ou de Osasco, em 2015, demonstram a desproporção de força em favor do sistema. O confronto rotineiro entre meninos de rua e homens-placa no Largo dos Jasmins, também. Os meninos não têm nenhuma condição de se contraporem à força dos policiais militares do lugar, nem ao dinheiro dos patrões dos homens-placa, que os colocam ali. O PCC tampouco tem poderio bélico para enfrentar a polícia paulista, que tem efetivo de mais de 130 mil policiais militares, cerca de 30 mil civis, em 2016.

Todo regime normativo se ampara, em última análise, na possibilidade de recorrer à força legítima weberiana, para produzir ordem. Em São Paulo, coexistem tanto a ordem estatal, quanto a do “crime”, ambas com setores populacionais distintos as legitimando, ambas com possibilidade construída por décadas de recurso à força armada, se necessário^{16,20,21}. A muito maior capacidade bélica

estatal minimiza a expansão do “crime” nessa direção^{xvi}. Mas a proposta de monetarização das relações sociais, de ampliação da mediação do dinheiro, conecta essas ordens justamente por ser o dinheiro desprovido de qualidades substantivas em seu cerne; eis o caminho contemporâneo mais profícuo para a expansão do “mundo do crime”, que favorece explicitamente pequenos e grandes patrões, de negócios legais e ilegais. Não o caminho moral, legitimar seus valores e sentidos de justiça. O caminho do dinheiro, que não encontra resistência de ninguém: “quanto mais você tem, tanto mais você quer”.

A cena aparentemente irrelevante dos meninos de rua se enfrentando com entregadores de panfleto é de riqueza analítica notável, por isso mesmo. Nesses rituais cotidianos³³ de recurso à força e posterior justificação⁵⁷, o que está em questão é nada menos do que a construção dos critérios de plausibilidade da ordem social, e dos atores da ordem urbana, ordem também mercantil. Se aquele não fosse um ponto comercial importante, o conflito não aconteceria. Não se trata de um problema moral - os meninos roubam, os entregadores são do diabo. Trata-se, sobretudo, de um conflito por posições frente ao mercado informal-ilegal que se territorializa na praça. Agora está mais evidente o lugar que a dimensão monetária do dispositivo das drogas, em geral oculto na produção cotidiana da ordem urbana como ordem moral, ocupa em nosso problema.

- ordem, dinheiro e drogas

Do alto de uma escada enorme, um homem conserta a fiação do poste com seu macacão azul, botas pretas, sem luvas. Uma menina muito

^{xvi} Concorro com Luiz Antonio Machado da Silva que, em comunicação pessoal, me sugeriu considerar o regime normativo evangélico, ainda em franca expansão nas periferias urbanas, como um regime de mediação entre as duas ordens econômicas e armadas que provém do “crime” e do direito estatal. O regime evangélico, em termos teóricos, difere dos demais, sobretudo por não possuir recurso à violência disponível, ao menos ainda, para impor suas premissas localmente. Mas o dinheiro também circula por ele de modo crescente.

masculina (ou será um menino, será ele “trans?”) segura um skate e tem pernas cabeludas; um rapaz muito jovem responde mensagens no celular; três estudantes filmam algo seriamente, deve ser um vídeo para trabalho de escola. Policiais militares, brancos e negros, homens e mulheres, fazem ronda. Negócios, trabalho, estudo, tempo livre, outra vez; gênero, raça, sexualidade; agentes estatais e não estatais; geração, classe, performances sociais muito marcadas pela desigualdade. O Largo é heterogêneo e a construção de nossos juízos se faz associando, por conexão estética, as grandes categorias de sentido. A descrição etnográfica, por isso mesmo, aposta que para além de marcar as grandes categorias de essencialização - pobre, hetero, preto e jovem, em suas múltiplas combinações - podem também focar nas mediações que as situam em lugares de sentido distintos: há muitos tipos de moradores de rua, como Pingo e D. Zezé, como muitos tipos de “trans”: uns são “travecos”, outros são *cross-dressers*. É importante notar que eles têm lugares distintos na política de lugares sociais, situacionalmente associados ou não: *cross-dressers* são tão discriminados pela Igreja Católica quanto *travecos*, mas não pela polícia; D. Zezé é tão moradora de rua quanto Pingo, mas a ordem urbana a aceita no Largo por mais de uma década, enquanto expulsa Pingo e seus colegas dali depois de algumas semanas.

A questão se relaciona, basicamente, à intensidade do conflito urbano que um e outro podem causar. Pingo, aos 7 anos de idade, já está situado na ponta de lança desse conflito (ele participa, além das marginalidades de rua, de uma “rede de relações” criminais que efetivamente disputa a circulação de dinheiro dos mercados ilegais, seus pontos, seus lucros). Não é apenas uma criança de 7 anos que a polícia reprime na praça; é a capilaridade social e, sobretudo, econômica do tráfico de drogas, cuja norma de

operação é regulada pelo Primeiro Comando da Capital, o inimigo público número um, em São Paulo. É a guerra contra “marginais” como Pingo, ainda que ele tenha 7 anos de idade, que objetiva a guerra contra o “crime”, ainda que o dinheiro que ele ganhe seja bem-vindo nas lanchonetes do Largo dos Jasmins. Ser marcado como integrante do “crime”, ao contrário de D. Zezé, é a categoria fundamental que situa Pingo do lado de lá da guerra urbana. Na guerra, o Estatuto da Criança e do Adolescente não deve operar, a situação é de exceção.

A centralidade do tráfico de drogas para essa marcação, e em especial a disputa pela economia do tráfico, estrutura as posições frente ao conflito urbano. Pingo está ali combatendo “vermes” e o “diabo”, seus adversários na terra, “pelo certo”, na sua concepção infantil. Com sua idade já aprendeu que o sistema é injusto, preconceituoso, agride a ele e aos seus, não os reconhece como pessoas, os quer matar incendiados, os ignora e humilha cotidianamente. Reforça a percepção da justiça de sua guerra ao ver que os “vermes” da polícia se associavam aos “vermes” do diabo. Percebe ainda mais justiça em sua guerra quando recorre aos “disciplinas” com seus parceirinhos, sendo prontamente atendido; Dionísio e Orelha são por ele considerados, prezam pela ordem, têm proceder, e ainda vivem ostentando valores. Vencem, inclusive, a primeira batalha, quando se enfrentam na mão com os entregadores, em situação justa. Só abandonam a luta quando a polícia chega, “aí é covardia”. Pingo sabe, entretanto, que para muito “Zé Povinho”, ele é um marginalzinho e poderia morrer. Mas só a justiça divina é real. Deus é o juiz, ele está do lado “certo”.

A questão parece ser inteiramente moral - não há uma dimensão econômica explícita nessa disputa, na perspectiva de Pingo, por mim reconstruída. Os meninos não enfrentam os

entregadores de panfleto por dinheiro, em sua percepção. Creem que são homens como quaisquer outros homens, que têm de combater os que os combatem, resistir, aprendem assim desde muito novos, muito antes de se tornarem adultos^{xvii}. Não se sentem funcionários de uma rede multimilionária de negócios transnacionais, como o tráfico de drogas. Não se sentem precarizados, só estão “no corre”. “De igual”, em sua concepção. Mas eles mesmos se interessam muito, e progressivamente mais, pelos bens de consumo que o mundão oferece. “Você é o que você tem”.

Os empregadores dos entregadores de panfleto não pensam no “certo”, nos termos dos meninos de rua ou do PCC, evidentemente. Nem em Deus nos mesmos termos. Mas têm a absoluta convicção de que agem de modo correto, pagando seus funcionários, fazendo um negócio lícito, “não roubam ninguém”. Por isso chamam a polícia para se proteger – e a seus funcionários – daqueles que são bandidos, criminosos, ainda que entre eles haja a uma criança de 7 anos, outros dois de 9 e 11 anos de idade. Para eles os meninos de rua devem ser presos, como eu os ouvi dizer explicitamente. E eles, patrões e seus funcionários, estão ali trabalhando, portanto devem ser protegidos. Mercado informal, não importa, mas é trabalho, deve ser protegido pelos policiais, pelo Estado, por razões evidentes.

Considerações finais

Sabemos, ao menos desde os trabalhos fundadores de Whyte⁶⁰ e de Michel Misse⁴⁴, no Brasil, como funcionam as mercadorias políticas em atividades econômicas como as que estão em pauta, informais, ilegais; seguramente os patrões, trabalhadores, pagam “por fora”

(ou prestam outros favores) para que os policiais reforcem a ronda ali, protegendo seus funcionários, portanto seus negócios. Dionísio e Orelha, na operação da biqueira em que trabalham, seguramente também convivem com o pagamento rotineiro a policiais – talvez não os mesmos que os expulsaram da praça – fazerem vistas grossas ao funcionamento de seu negócio.

Há dinheiro mediando o conflito entre os meninos de rua e os entregadores de panfleto, na medida em que circula de seus mercados àqueles que os protegem imediatamente. Mas também entre os disciplinas e patrões que estão por detrás deles e as polícias estatais. Patrões negociam esses valores. Há dinheiro, portanto, sendo agenciado pelas moralidades e normatividades em questão. Há mercados, moralmente regulados, e nessa fronteira a droga tem um papel fundamental, na medida em que é o negócio ilícito que estrutura todos os demais, pela sua organização transnacional e sua capacidade de acumulação, capilarização e distribuição de renda, sendo ainda assim fortemente moralizado.

A normatividade moral-religiosa de grupos fortemente marginalizados é velho-testamentista, em cenário de expansão pentecostal agressiva⁴⁵. A normatividade político-econômica do “crime”, que incide ativamente sobre a produção da ordem urbana em locais próximos a pontos de venda de drogas no varejo, é igualmente velho-testamentista. Ambas são funcionais a um dispositivo moral-econômico-político de mercado, que reivindica legitimidade pública à propriedade privada e separação estanque entre mercados e moralidades, admitindo a desigualdade social desde que se pregue a igualdade política. O PCC, ator fundamental na regulação prática da vida no crime, na rua, na cadeia e nas instituições de internação em São Paulo, é profundamente moderno nessa medida. Não importa quanto dinheiro você tenha, se você é patrão ou empregado: importa que é

^{xvii} Sobre a masculinidade nesses contextos, Gimeno³⁰ oferece insights relevantes.

um “irmão, é sujeito homem” – até que se prove o contrário – e pode falar “de igual”. De um lado, extrema capacidade de vocalização do sujeito (até Pingo, de 7 anos, deveria ser ouvido na resenha), de outro, legitimação para a desigualdade econômica crescente entre os “irmãos”.

Da disputa entre essas distintas normatividades que informam a ação dos diferentes grupos sociais, resulta a ordem urbana - tão contingente quanto concreta. Nela se constrói o dispositivo das drogas. E a ordem momentânea, inclusive a que estabiliza esse dispositivo, se candidata a se tornar norma na medida em que essas ações se repetem e, ao fazê-lo, se constroem como rotina. A ordem urbana é, em termos práticos, a resultante, sempre situada, do conflito ocasionado pela coexistência entre diferentes normatividades, que em última instância têm o recurso à força como modo de legitimação. Quando a ordem urbana vira guerra, a força se dirige a todos os inimigos. Quando a guerra abre fronteiras mercantis, a tendência é que não haja outro valor de mediação tão aceito quanto o dinheiro. As drogas, e os mercados de drogas, por isso mesmo, têm papel fundamental nessa guerra.

Referências

1. Adorno S, Salla F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. São Paulo: Dossiê Crime Organizado. Estudos Avançados. 2007; 21(61):7-29.
2. Almeida R. A Igreja Universal e seus demônios: um estudo etnográfico. São Paulo: Terceiro Nome/FAPESP; 2009.
3. Batista LG. A grande cidade e a vida no crime: uma etnografia dos mercados do crime em uma periferia de São Paulo. [Dissertação de Mestrado]. Departamento de Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas. Campinas; 2015.
4. Biondi K. Junto e Misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome/Fapesp; 2010.
5. Biondi K, Marques A. Memória e historicidade em dois “comandos” prisionais. São Paulo: Lua Nova. 2010; 79:39-70.
6. Birman P, Machado CB. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. Rev. Bras. Ci. Soc. (Impresso). 2012; 27(80):55-69.
7. Cabanes R. Economie morale des quartiers populaires de Sao Paulo. Paris: L'Harmattan; 2014.
8. Cefai D. L'Urgence sociale en action. Ethnographie du Samusocial de Paris. Paris: La Découverte; 2011. 576 p.
9. Côrtes M.. O mercado pentecostal de pregações e testemunhos: formas de gestão do sofrimento. Relig. Soc. (Impresso). 2014; 34(2):184-209.
10. Cruz E. O valor do certo: uma etnografia urbana da circulação e da moral entre adolescentes periféricos. Projeto de Pesquisa de Mestrado em Sociologia. São Carlos: UFS-Car; 2015.
11. Costa GVL, Oliveira GF. Esquemas de fronteira em Corumbá (MS): negócios além do legal e do ilegal. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. 2014; 7(2):207-232.
12. Dassi T. “A vida é loka”: experiências e moralidades entre jovens cumprindo medidas socioeducativas. In: Rifiotis T, Vieira D. (Organizadores). Um olhar antropológico sobre violência e justiça: etnografias, ensaios e estudos de narrativas. Ed 1. Florianópolis: UFSC; 2012. p.151-186.
13. De Lucca D. L'invention de la population de rue. In: Cabanes R, Georges I. (Organizadores.). São Paulo: La ville d'en bas. Paris: L'Harmattan; 2009.
14. Dias CN. Práticas punitivas na prisão: institucionalização do legal e legalização do arbitrário. Artigo apresentado na 32ª Reunião Anual da ANPOCS. Caxambu; 2008.
15. Feltran GS. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. Cad. CRH. 2014; 27(72):495-512.
16. Feltran GS. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). Rev. Bras. Seg. Pub. 2012; 6(2):232-255.
17. Feltran GS. Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora da Unesp/CEM; 2011.
18. Feltran GS. Cidade de fluxos: notas sobre um pensamento de fronteira. Dilemas: Rev. Est. Confl. Contr. Soc. 2011; 4(3):523-535.
19. Feltran GS. Trois Femmes de Sapopemba: violence et politique dans la banlieue de São Paulo. Citizenship Studies (Abingdon. Print). 2011; 15:1011-1029.

20. Feltran GS. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*. 2010b; 53(2):565-610.
21. Feltran GS. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Cadernos CRH*. 2010; 23(58):59-73.
22. Feltran GS. Isolamento, solidão e superfluidade: sobre abismos cotidianos. *Cad. IFCH*. 2004; 1(31):173-196.
23. Fefermann M. *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis: Vozes; 2006.
24. Fiore M. *Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos*. [Tese de Doutorado]. Departamento de Antropologia Social. Universidade de Campinas. Campinas; 2013.
25. Fraser N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of the actually existing democracy. In: Calhoun C. *Habermas and the public sphere*. Massachusetts: MIT Press; 1992. p.109-142.
26. Freire da Silva C. *Ciudad del Este: do comércio de fronteira ao centro de São Paulo*. São Paulo: Travessia - Rev. Migrante. 2014; 74:75-90.
27. Fromm DR. Deus e o diabo na terra do crack: notas etnográficas da “cosmopolítica” batista. [Paper apresentado no GT Política e Religião]. III Seminário de Antropologia. São Carlos: UFSCar; 2014.
28. Frisby D. *Preface to third edition, philosophy of money - Georg Simmel*. London and New York: Routledge; 2003.
29. Frúgoli Junior H. *O Centro, a Avenida Paulista e a Avenida Luiz Carlos Berrini na perspectiva de suas associações: centralidade urbana e exclusão social*. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo; 1998.
30. Gimeno PC. *Poética versão: a construção da periferia no rap*. [Dissertação de Mestrado]. Departamento de Antropologia Social. Universidade de Campinas. Campinas; 2009.
31. Grillo CC. *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. [Tese de Doutorado].
32. Instituto de Filosofia e Ciência Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro; 2013.
33. Grillo CC. *Fazendo o doze na pista, um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média*. [Dissertação de Mestrado] em Sociologia e Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciência Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro; 2008.
34. Goffman E. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes; 2011. 255p.
35. Gomide L. *O sal da guerra: Padre Antônio Vieira e as tópicos teológico-jurídicas na apreciação da guerra justa contra os índios*. [Tese de Doutorado em História. Departamento de Ciências Humanas. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia; 2014.
36. Habermas J. *L'espace public, 30 ans après*. *Quaderni*. 1992; 18(1):161-191.
37. Hirata DV. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo; 2010.
38. Hirata DV. *A propos d'un point de vente de drogues: notes ethnographiques*. *ORDA: L'ordinaire des Ameriques*. 2014; 216:116.
39. Knowles C. *Flip-flop: A Journey through Globalisation's Backroads*. London: Pluto Press; 2014. 217 p.
40. Lyra D. *A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude*. Rio de Janeiro: Mauad; 2013.
41. Machado da Silva LA. *Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise*. Curitiba: Rev. Soc. e Pol. 1999; 13:115-124.
42. Mallart F. *Salve Geral: áreas urbanas, instituições prisionais e unidades de internação da Fundação CASA em comunicação*. *R@U: Rev. Antr. Soc. Alun. Progr. Pós-Grad*. 2011; 3(1):293-314.
43. Malvasi PA. *O domínio do mental e a vida loka: uma análise do dispositivo das drogas nas periferias de São Paulo*. São Carlos: Contemporânea - Rev. Soc. UFSCar. 2013; 3(2):311-334.
44. Misse M. *Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”*. São Paulo: Lua Nova - Rev. Cult. Polít.. 2010; 79:15-38.
45. Misse M. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris; 2006.
46. Marques VA. *Fé & Crime: Evangélicos e PCC nas periferias de São Paulo*. Ed. 1. São Paulo: Fonte Editorial; 2015. 164 p.
47. Pacheco De Oliveira, J. *Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios*. Rio de Janeiro: Mana. 2014; 20(1):125-161.
48. Padovani NC. *Confounding borders and walls: documents, letters and the governance of relationships in São Paulo and Barcelona prisons*. Brasília: Vibrant, Virtual Braz. 2013; 10(2):340-376.
49. Rabossi F. *En las calles de Ciudad del Este: una etnografía del comercio en la frontera*. Asunción: Suplemento Antropológico. 2008; XLIII:1-282.

50. Sá L. A condição de bichão da favela e a busca por consideração: Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. 2011. 4(2):339-355,
51. Schuch P. Justiça, cultura e subjetividade: tecnologias jurídicas e a formação de novas sensibilidades sociais no Brasil. Barcelona: Scripta Nova. 2012; XVI(395):15.
52. Scott A. Capitalism as culture and statecraft: Weber–Simmel–Hirschman. *Journal of Classical Sociology*; 2012; 13(1):30-46.
53. Simmel G. *Philosophy of Money*. London: Routledge; 1990.
54. Simmel G. As grandes cidades e a vida do espírito. Rio de Janeiro: Mana, 2005; 11(2):577-591.
55. Simmel G. The view of life: four metaphysical essays with journal aphorisms. Chicago: University of Chicago Press; 1917 2010. 240 p.
56. Telles VS. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. São Paulo: Argvmentvm/USP; 2011.
57. Thévenot L. L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement. Paris: La Découverte; 2006.
58. Thompson EP. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII". In: Thompson EP. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras; 1998.
59. Vieira D. Histórias sobre homicídios entre jovens: 'Mundo do crime' e comensurabilidade. *Dilemas: Rev. de Est. Confl. Cont. Soc.* 2011; 4(2):281-308.
60. Whyte WF. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Zahar; 2005.
61. Zelizer V. O significado social do dinheiro: dinheiros especiais. In: Peixoto J, Marques R. *A nova sociologia econômica*. Oeiras: Celta; 2003. p.125-165.